

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE AMBIENTALIZAÇÃO NO CONTEXTO CAPIXABA.

Camilla Lobino

Cientista Social (DCSO/UFES)

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

cacaulobino@gmail.com

CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA

O presente texto expõe parte das reflexões iniciadas durante um trabalho de dissertação de Mestrado defendido em 2008¹. Ao se realizar pesquisa documental no Arquivo Público do Espírito Santo e se procederem às entrevistas com os representantes das entidades associativas direcionadas para a defesa do meio ambiente, durante o ano de 2007, emergiu-se a necessidade duma reflexão específica das mobilizações, abordagens discursivas e parcerias realizadas pelos referidos agentes sociais. Dessa forma, será aqui apresentada a análise da variabilidade das práticas e discursos das entidades que apresentam a si próprias como ambientalistas².

O Meio Ambiente é uma noção que expressa o conflito. Assim como outras noções utilizadas tanto pelo senso comum como pela ciência, não é recomendado metodologicamente identificá-lo como categoria reificada. Os recursos ambientais devem ser vistos como materialidades carregadas de sentidos culturais e históricos que não podem ser compreendidos, se forem descolados dos usos que lhe são atribuídos.

Os indígenas Guarani que vivem no Município de Aracruz (ES), por exemplo, não usufruem da mesma representação sobre os recursos naturais que os técnicos das agências do Estado, especializadas em Meio Ambiente; esses grupos preexistentes tampouco compartilham do entendimento a respeito dos recursos ambientais e sobre o território que os dirigentes da empresa agro-exportadora da celulose daquele Município possuem.

Uma diversidade de sentidos sociais atravessa a percepção que os atores sociais constroem sobre os ambientes. Para os técnicos em Meio Ambiente, os recursos naturais do Município de Aracruz expressam uma variável puramente econômica, como parte dos investimentos na produção de celulose branqueada; já para os indígenas, evidenciam um significado social mais abrangente, como espaço de reprodução sociocultural do grupo.

No contexto, constatou-se que a variabilidade de entendimentos em relação aos recursos naturais deflagra conflitos que polarizam projetos sobre o território. Esses projetos, ao serem inseridos no conflito, acionam “armas” para conservar ou transformar o espaço social, na medida em que defendem diferentes posições e interesses³.

Para o entendimento das posições, das práticas sociais e dos sentidos que remetem aos recursos naturais, foi necessário retomar a reflexão de Leite Lopes (2004) no que se refere à “ambientalização” das práticas sociais. De acordo com o autor, esse termo representa, nas ciências sociais, um neologismo utilizado para designar novos casos ou novas percepções sobre os fenômenos de interiorização das diferentes facetas da questão pública do Meio Ambiente. Assim, a “ambientalização” seria um processo que vem sendo observado com mais ênfase a partir da Conferência do Meio Ambiente promovida pela ONU, em Estocolmo, em 1972. E, partir dessa data, foi possível observar uma diversidade de construções simbólicas que trouxeram a noção de preservação do Meio Ambiente para as arenas públicas nacionais e internacionais.

O processo de “ambientalização” é específico e circunstancial. O mesmo acontece com o “ambientalismo”. Assim como o Meio Ambiente não pode ser considerado como uma categoria dada, algo similar sucede com o movimento ambientalista, que pode conter um amplo espectro de abordagens práticas e discursivas, incluindo antagonistas diversos e distintos campos de atuação.

Contrários à perspectiva dos recursos naturais como espaço de classificações conflituosas, os autores Viola e Leis (1992) definiram o movimento ambientalista brasileiro como “multissetorial”. Essa identificação é estabelecida em decorrência das

especializações das entidades, no entanto institui um sujeito único, “o ambientalismo”, reivindicador da unidade do ambiente transcendendo o interesse dos diferentes segmentos que compõem a sociedade. Crespo (1995, p.4) utilizando a compreensão universalista do Meio Ambiente, apresentada pelos referidos autores, resume-o assim:

Sob essa ótica, o ambientalismo transcenderia, então, todos os cortes sociais conhecidos: cor, raça, idade, classe social, localização geográfica, etc... Postulando uma visão ‘ecológica’ do mundo, prenhe de uma problemática real e ‘global’, os antes do ambientalismo seriam, potencialmente, todos os cidadãos do planeta, todos aqueles que se sensibilizam e de alguma forma adquirem uma ‘consciência’ em relação à crise ambiental e à necessidade de reverter o processo de devastação da biosfera.

Loureiro (2003) indicou o ambientalismo como “[...] um projeto realista e utópico, de múltiplas orientações” (ibid, p. 17) e descreveu a amplitude das propostas que podem ser incluídas no espectro do movimento ambientalista que, segundo o autor, vão das posturas anti-humanas, ecocêntricas e individualistas às concepções coletivistas, ecossocialistas, verdes radicais etc. Alguns se consideram herdeiros das linhas de pensamento, por fazerem menções a categorias marxistas, pacifistas, humanistas e anarquistas. Diegues (2004) em seu trabalho distingue os princípios “conservacionistas” e “preservacionistas” dos elaborados pelo ambientalismo nos Estados Unidos e no Brasil. Para os primeiros, “conservar” se associa à racionalização dos recursos naturais no atendimento ao mercado; para os segundos, termo “preservação” é ligado à noção da beleza cênica e a dimensão espiritual da vida selvagem.

A leitura realizada por Crespo (1995) permitiu outra classificação sobre as entidades não governamentais ambientalistas cariocas. Segundo a autora, por um lado, na medida em que as entidades ambientalistas fossem capazes de se profissionalizarem e realizarem parcerias com empresas estariam “amadurecendo”, por outro lado, as amadoras seriam as inabilitadas a um “ecologismo de resultados”, por isso, “amadoras”, “ideológicas” e “sectárias” e, longe do que a autora supracitada denomina por “amadurecimento”, continuariam “verdes”.

Buscando superar a classificação normativa elaborada pela referida autora, faz-se necessário analisar como as entidades ambientalistas, interlocutoras deste trabalho,

elaboram determinados princípios de justiça ao se posicionarem em frente às empresas poluidoras.

Para tanto, foi fundamental recorrer à narrativa dos entrevistados envolvidos nas mobilizações em favor da preservação dos recursos naturais no Espírito Santo, desde a década de 1970, e aos registros históricos colhidos por meio da pesquisa documental. Os interlocutores escolhidos são os representantes das entidades autorreconhecidas como ambientalistas que, como sabemos, estão envolvidos em espaços de mobilização em defesa do Meio Ambiente desde final da década de 1970. Atualmente, tais entidades estão reunidas no Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo, formado no ano de 2003, a fim de organizar as ações das entidades nos Conselhos estadual e municipais do Meio Ambiente.

Este trabalho buscou apresentar uma rápida retomada de determinados aspectos considerados relevantes nas trajetórias expressa pelos interlocutores da pesquisa, que são representantes das entidades registradas no Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo, em relação às empresas poluidoras fixadas no território capixaba.

O PROCESSO DE “AMBIENTALIZAÇÃO” DA ARENA PÚBLICA CAPIXABA.

Pode-se afirmar que, em um primeiro momento, o processo de “ambientalização” no Estado está direcionado aos impactos ambientais de várias ordens, trazidos com a implantação dos grandes projetos industriais⁴. Dessa maneira, foi, em grande medida, a partir da instalação de determinados parques industriais que se geraram mobilizações em parte da sociedade capixaba.

As entrevistas realizadas com os ambientalistas participantes do “Fórum das ONGs” revelaram divergências e consensos - alguns deles vão de encontro às informações colhidas nos jornais da época. Um dos consensos apresentados pelos interlocutores versa sobre a relevância de Augusto Ruschi que, por meio de suas declarações públicas, problematizava os impactos ambientais das indústrias exportadoras de celulose e minério.

Cabe lembrar que Augusto Ruschi - em pleno contexto da ditadura militar e auge do desenvolvimento econômico – tornou pública uma série de denúncias relacionadas aos impactos dos grandes projetos industriais, como a baixa diversidade biológica nas plantações de eucalipto, a absorção de água pela espécie vegetal utilizada pela agroindústria da celulose, a poluição do ar propiciada pelas mineradoras, além de questionar a concentração de investimentos públicos pela iniciativa privada naquele momento histórico.

Esse pesquisador é uma recorrente referência para os ambientalistas, não apenas pela notoriedade que adquiriu no campo científico, mas devido aos seus posicionamentos em defesa dos ecossistemas nativos existentes no Estado⁵. As observações e intervenções públicas de Ruschi sobre os impactos produzidos pelas empresas paraquímicas e mineradoras, foram capazes de provocar questionamentos em relação à hegemonia do discurso desenvolvimentista e do progresso técnico em determinados setores da sociedade capixaba.

Além da importância de Augusto Ruschi, as narrativas dos entrevistados revelaram – de maneira unânime - uma manifestação que durou alguns dias no centro da capital no ano de 1979. O projeto desenvolvimentista dos governos militares exigia infraestrutura adequada, e a crise energética era vista como uma das ameaças ao setor produtivo da economia brasileira. Sendo assim, a energia nuclear era apontada como alternativa à tradicional, gerada pelas hidroelétricas, e o Espírito Santo foi indicado como uma das possíveis sedes duma usina, no Município de Aracruz. As repercussões sobre o projeto levantaram protestos.

A manifestação do dia 28 de novembro de 1979, promovida pela recém-criada entidade, a Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema)⁶, em resistência à instalação da Usina Nuclear, é lembrada pela maioria dos ambientalistas como marco inicial do movimento. A mobilização foi descrita por Passos (2005, 82): “Oito mil pessoas portando faixas e cartazes com as seguintes inscrições: ‘ A morte ronda nosso Estado’; ‘Se a usina é tão importante, por que não construir lá em Brasília?’; ‘Viva a

vida’; ‘O futuro é o homem. Por que essa loucura?’’. As manifestações foram encerradas com uma marcha até o Município de Aracruz, e contaram com a participação de outras entidades. Além da Acapema, estiveram presentes o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (DCE/UFES), a Associação Espírito-santense de Biologia e, também, um deputado então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Por fim, a Usina não foi instalada.

Assim, desde o final dos anos de 1970, a Acapema obteve considerável espaço na imprensa capixaba. O jornal *A Gazeta* do dia 24 de dezembro do ano de 1979 explicitava que a ONG ambientalista conclamara as pessoas alcançadas por poluentes na Grande Vitória a exigirem soluções, usando, como porta-voz, a entidade. A publicação denunciava os casos de problemas de pele, oriundos das atividades da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), no Município de Cariacica, e dos resíduos de minério de ferro e carvão, provenientes ao Porto de Tubarão, em Vitória. Ao serem transformados em denúncias, esses problemas apontavam uma responsabilização pelos impactos que atingia parte da sociedade capixaba (EURICO...,1979).

À medida que as mobilizações em protesto contra os impactos dos complexos siderúrgico e paraquímico eram trazidas à arena pública, fortalecia-se o “ambientalismo” no Estado. Os problemas apresentados iam desde a inundação do Rio Doce, defesa de áreas de preservação e resistência à fixação de algumas empresas em lugares considerados impróprios, até ao deslocamento de populações locais. Pouco tempo depois, foram criadas a Associação Colatinense de Defesa Ecológica (Acode), a Associação da Bacia do Rio Itapemirim, a (Abri) em Cachoeiro do Itapemirim e a Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental, (Avidepa), em Vila Velha, todas atualmente componentes do Fórum de ONGs ambientalistas do Espírito Santo.

Outro dado importante é que a consolidação do “ambientalismo” capixaba se deu, conforme o explicitaram alguns entrevistados, *pari passu* à militância política no espaço urbano⁷. No contexto da abertura política, parte dos militantes do movimento estudantil “migrou” para o que seria em pouco tempo o movimento ambientalista. A transição dos

anos de 1970 para a década de 1980, no Espírito Santo, foi marcada pela efervescência das manifestações dos movimentos populares urbanos que reivindicavam melhores condições de reprodução da mão de obra da classe trabalhadora na região metropolitana do Estado (DOIMO, 1984). A respeito do início da militância ambientalista nos conselhos, Passos, pertencente a esse grupo, revelou:

[...] Eu me lembro que alguns falavam, pejorativamente, que nós éramos melancias, ou seja, tínhamos uma casca verde e por dentro éramos vermelhos, porque não tem como você descaracterizar, ser diferente, defender qualidade de vida separada de um trabalho com pensamento socialista, a questão ambiental sempre foi ligada a isso (PASSOS, 2005, p.63)⁸.

Os representantes das entidades consideram o contexto da década de 1970 como de ebulição dos movimentos sociais no estado, quando se implantaram no Espírito Santo os “Grandes Projetos Industriais”, a exemplo da Aracruz Celulose e a da Companhia Siderurgia de Tubarão (CST). Em relação às questões trazidas a debate público, Augusto Ruschi foi um dos grandes críticos dos impactos desses projetos. Passos (2005) - atuante ambientalista e membro do Fórum das ONGs -, define o campo de disputa que começava a se estabelecer em determinados circuitos:

Durante toda a década de 70, as manifestações contrárias e favoráveis à monocultura do eucalipto foram acirradas pelo jogo de interesses econômicos e políticos e, desse permanente conflito entre as forças antagônicas, poucas foram às vozes que se levantaram em defesa do meio ambiente e das implicações sociais que a questão suscitava (ibid, p.78).

As formas de questionamento sobre os impactos das empresas poluidoras aos poucos foram atingindo o espaço público durante os anos de 1970 e 1980. Alguns dos entrevistados consideram que mesmo as nascentes formas de mobilização por parte dos “ambientalistas” foi capaz de produzir alguns efeitos. O Governador Eurico Resende, segundo jornal local, cobrou explicações da Aracruz Celulose S.A pelo mau cheiro resultado do processo industrial, que atingia a capital.⁹

Os anos de 1990, para os ambientalistas entrevistados, foi um momento de importantes mudanças para o dito ambientalismo não apenas para a escala local, do capixaba, mas também para as escalas nacionais e internacionais. Acompanhando um tendência nacional durante a década de 1990, o número de entidades aumentou, principalmente em

função da “Eco-92” que, segundo os ambientalistas, favoreceu a consolidação as identidades desse tipo de associação.

Os anos de 1990 são entendidos, de acordo com os ambientalistas entrevistados, como o período de drásticas mudanças. Trata-se do contexto histórico e político em que o “desenvolvimento sustentável” se transforma em “palavra de ordem”. Passou a ser o momento em que as empresas se tornam “responsáveis”, “conscientes”, em função das exigências do mercado internacional. Para Borges (2001, p.13) a década de 1990 foi a época da remodelagem discursiva em favor da preservação e conservação ambiental, que se deve, principalmente ao:

Crescimento em nível nacional, dos movimentos ecológicos, mas, sobretudo em virtude de demandas e exigências internacionais dos mercados e de ONGs ambientalistas internacionais, vêm procurando alterar a sua imagem de empresa fechada ao diálogo. Isto representa uma mudança estratégica empresarial, centrada apenas no controle ambiental do ponto de vista técnico.

Neste período, a maioria das empresas procurou melhorar suas imagens diante da opinião pública nacional e internacional, criando setores responsáveis pela “sustentabilidade”¹⁰. Além disso, lançaram medidas, buscando “acordos” e “pactos” com populações vizinhas impactadas e com entidades ambientalistas, como foi o caso da Aracruz Celulose S.A.

A década de 1990 foi, também, segundo o processo identificado pelos ambientalistas, como momento da “setorização”. Esse processo é como um “caminho inevitável” que caracteriza o perfil profissional e identitário das entidades, mas, ao mesmo tempo, como um fator limitante das mobilizações.

Os ambientalistas do Fórum das ONGs, através das entrevistas realizadas, compartilharam de uma história de mobilização em favor da preservação dos ecossistemas capixabas, que passa a um caráter mais específico, nos anos 1990.

As entidades congregadas no Fórum das ONGs, por meio das entrevistas realizadas, compartilham uma história de mobilização em favor da preservação dos ecossistemas capixabas que passa a um caráter mais específico, nos anos 1990. As entidades

congregadas no Fórum das ONGs cristalizam as diferenças internas como formas de “setorizações”, tão citadas como características do “ambientalismo” (VIOLA; LELIS 1992).

As diferenças das áreas de atuação e temáticas entre as entidades, por um lado prejudicaram as mobilizações, conforme o entendimento dum dos interlocutores, já que dificultavam a tomada de ações conjuntas entre os grupos, como acontecia anteriormente: “Antes todo mundo falava por essa questão difusa, não existia a institucionalização das entidades, à medida que cada entidade foi tendo chance de olhar seu umbigo, ela ficou olhando o seu umbigo” (INFORMAÇÃO verbal, C., 53 anos, médico, Avidepa, Fórum de ONGS Ambientalistas).

Por outro lado, essas diferenças entre as entidades, por meio do que os ambientalistas definem como “setorização”, permitiram que suas ações fossem classificadas sejam classificadas como *projetos*, ora “de ação na justiça”, ora de caráter mais “popular”. Existem ainda os grupos que se dedicam às ações junto às comunidades ou, então, especializam em “unidades de conservação”, como o resumiu um dos ambientalistas. A tensão entre as temáticas específicas de preservação e uma ação unificada pela preservação, do “interesse difuso”, dos “recursos preservados para todos” foi recorrente nas questões apontadas pelos entrevistados.

Outros relacionam o “freio” das mobilizações à própria conjuntura histórica, que exigiu a profissionalização das entidades, necessária para captar recursos, negociar com as instâncias do governo, formar equipe técnica, requerer as certificações burocráticas diante o Ministério da Fazenda, cumprir prazos e redigir relatórios. “Houve uma involução do movimento”, declarou um dos entrevistados ao analisar as mudanças vividas pelo ambientalismo, dos anos 1980 para a década seguinte, indicando que a intensidade das mobilizações (passeatas, denúncias) representava um “modelo ideal” do embate entre os ambientalistas e as empresas. Alguns atribuem esse recuo ao assassinato de uma das principais lideranças do ambientalismo no estado, o biólogo Paulo Vinha em 1993¹¹. O crime figura, em alguns dos depoimentos, como algo que encerra uma fase e inicia outra.

Nesse período histórico, são criados os órgãos competentes em Meio Ambiente, institucionalizando práticas e discursos outrora presentes apenas no âmbito da reivindicação popular. Criaram-se as Secretarias especializadas, os Conselhos, Polícia Ambiental e parte da Legislação, respondendo às exigências da Constituição Federal de 1988. Alguns dos entrevistados indicam que eles próprios auxiliaram na criação de alguns órgãos públicos.

Um dos ambientalistas relata o resultado de sua rápida passagem pelo poder público: “Acreditávamos nos órgãos municipais e estaduais do Meio Ambiente, mas a gente não enxergava o que a gente enxerga hoje: o poder que o Poder econômico tem de se mobilizar... De atropelar tudo...” (L., 51 anos, médico, Instituto Organização Consciência Ambiental - Instituto Orca). A institucionalização “ambientalizada” por parte do Estado foi capaz de absorver militantes que ocuparam cargos públicos em decorrência de possuírem experiência, notoriedade e discursos competentes em relação ao campo.

No que tange aos espaços de participação das entidades ambientalistas representantes da sociedade civil nos Conselhos de Meio Ambiente, os entrevistados apontam enormes dificuldades do ato participativo, emperrado na hegemonia estabelecida pela coalizão entre empresas e Estado. O pragmatismo no atendimento dos licenciamentos das empresas em detrimento da discussão sobre a política estadual do Meio Ambiente é o principal problema na visão dos ambientalistas.

Um dos entrevistados revela algo sobre a ausência do debate: “Não há discussão, e os projetos estão entrando um atrás do outro! O sistema estadual de Meio Ambiente não está discutindo nem a recuperação da Mata Atlântica” (INFORMAÇÃO verbal, E., 53 anos, empresário, Associação Barrense de Canoagem – ABC). E complementa sobre a dificuldade de atuação nos Conselhos: “Você vai impor ao empreendedor melhores condições de realizar o empreendimento, só que quando você faz isso, você encarece o empreendimento... E ele quer lucro”.

Para os ambientalistas, suas atuações nos Conselhos geram dificuldades às empresas, em virtude de requererem o respeito às exigências da legislação ambiental. A confusão na atribuição das funções, a truculência na aprovação de licenciamentos, as irregularidades nos processos e, principalmente, a ausência de paridade nas votações são as críticas mais recorrentes dos ambientalistas: “Não podemos negar a pilantragem do processo administrativo: o desgaste é muito grande” (INFORMAÇÃO verbal. C., 53 anos, médico, Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental, Avidepa). Dessa forma, confirmou outro ambientalista em relação aos Conselhos, definindo o papel do Estado como lobista e facilitador dos licenciamentos ambientais. O entrevistado relacionou as interferências por parte de Deputados e Secretários, para acelerarem os processos internos de deliberação, capazes de “flexibilizar” as regulamentações e as normas exigidas para os licenciamentos, fazendo do Conselho algo puramente figurativo.

O Estado é, na opinião dum dos interlocutores: “O maior inimigo que a sociedade tem”, por ausentar-se do papel de provedor de bens públicos e aliar-se ao setor produtivo, com o objetivo de garantir seus interesses econômicos e os financiamentos das campanhas, abandonando, dessa forma, a função constitucional do Estado: “Eles fazem a função mafiosa, eles defendem o interesse das empresas... Ver um prefeito conversando com o presidente da empresa é como se ele estivesse conversando com Deus” (INFORMAÇÃO verbal, M., 52 anos, empresário, Acapema). O mesmo ambientalista finaliza sua reflexão ao concluir que: “[...] a relação do Estado com a empresa é de total subserviência”.

Como efeito das dificuldades apresentadas pelos entrevistados na participação das decisões da política estadual do Meio Ambiente como conselheiros, os ambientalistas direcionaram seus esforços no “Pacto pela Revitalização da Mata Atlântica”. A princípio, com a Aracruz Celulose em 2003, para as intervenções nas áreas de Fomento Florestal¹².

Esse pacto foi ampliado com a incorporação de empresas como a CST, a mineradora Samarco, além da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) e o Ministério Público Estadual. A falta de fiscalização e da rigorosa exigência em relação às políticas ambientais, assim como a dificuldade de negociação nos espaços dos Conselhos,

justificaram a atuação das entidades ambientalistas do Fórum das ONGs na negociação com a iniciativa privada. O pacto prevê distribuição de mudas nativas de Mata Atlântica produzidas por viveiros em regiões estratégicas do Estado, que serão disseminadas nas áreas utilizadas pelo programa de fomento florestal. As exigências previstas no Código Florestal de 1965, mantidas até hoje, contemplando as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, são os principais focos da aliança entre a empresa e o coletivo de ONGs ambientalistas.

As entidades ambientalistas do Fórum das ONGs mantinham, a princípio, parceria com a Aracruz Celulose S.A e atuavam nas áreas do fomento florestal. O acordo incorporou outros sujeitos. Assim, as entidades envolvidas criaram a Associação de Entidades Não-governamentais Ambientalistas do Espírito Santo (Asambiental). Tal entidade funciona como “o braço executivo do Fórum para a captação de recursos”, tem como principal projeto gerir o “Pacto Revitalização da Mata Atlântica”, já que o desmatamento é o principal problema no ponto de vista dos ambientalistas.

A Asambiental, de certa forma, substituiu a frente de atuação que seria a dos órgãos ambientais: “[...] todo o controle é da sociedade civil. Quem decide e quem gere é a sociedade civil” (INFORMAÇÃO verbal, E. 53 anos, Associação Barrense de Canoagem (ABC). No entanto, não são todas as entidades do Fórum das ONGs que participam do Pacto e da Asambiental.

Ao estabelecerem o Pacto com as empresas, os ambientalistas percebem uma saída para a efetivação duma política contra o desmatamento, que seria impossível pela via dos Conselhos. A inoperância dos órgãos ambientais competentes e a utilização de áreas indevidas para plantio do eucalipto, por exemplo, são grandes responsáveis pela desconsideração da lei: “O Idaf licencia, mas não obriga a existência das reservas legais, não conseguimos pelo Conselho que isso fosse obrigação da empresa” (INFORMAÇÃO verbal, S. 53 anos, professor universitário, Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica (Ipema).

A diversidade das entidades ambientalistas organizadas no Fórum das ONGs não permite uma visão comum sobre o Pacto com as poluidoras. Mesmo numa entidade que aparenta não se incluir no acordo, um ambientalista define como uma saída útil: “Um potencial técnico científico industrial instalado nessas empresas, com a capacidade da obrigação da lei... O quanto elas não fazem por que na sociedade não há uma representação técnica científica dos interesses sociais? (INFORMAÇÃO verbal, L., 52 anos, professor universitário, Associação dos Amigos do Piraquê-açu em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente (Amip). O mesmo entrevistado continua relativizando o acordo e ponderando as diferenças entre os tipos de mobilização e as diversas arenas políticas a serem consideradas:

Uma coisa é lutar pra implantar o projeto: uma siderúrgica, uma estrada de ferro, uma plataforma de petróleo, 200 mil hectares de eucalipto plantado, uma coisa é você lutar contra. Outra coisa é depois que ela já existe você conseguir reverter o processo, a partir de seu próprio andamento, então uma das condicionantes que são colocadas, é que as próprias empresas colocam pra elas próprias é: produção e distribuição de mudas (Ibid INFORMAÇÃO verbal).

Outros ambientalistas que participam do Fórum percebem o acordo das empresas como algo que dá margem a questionamentos sobre a relação do ambientalismo e a iniciativa privada. Para esses representantes de entidades participantes do Fórum das ONGs, a parceria com a iniciativa privada não parece ser a melhor saída: “A geração ambientalista hoje e a que trabalha para o setor produtivo, é a mesma. O que eu fico meio assim preocupado... É que todo mundo quer formar em biologia hoje em dia, a fim de trabalhar para empresa” (Informação verbal, M., 52 anos, empresário, ACAPEMA, Fórum das ONGs). O supracitado ambientalista desdobra sua argumentação com os seguintes argumentos:

Onde houver capital e trabalho, tem litígio! Onde houver indústria, tem litígio! Indústria e meio ambiente, então, essa relação sempre foi conflituosa, isso é uma coisa natural... Então, você não consegue conceber que a galinha se dê bem com o lobo dentro do galinheiro. Alguém vai ser comido ali, e fatalmente, vai ser a galinha. Não tem outro jeito. Eu não sou exemplo, porque tenho um pensamento mais radical: Gato é gato, cachorro é cachorro e papagaio é papagaio! (Ibid INFORMAÇÃO verbal).

As reflexões a respeito das possíveis relações entre as ONGs ambientalistas e a iniciativa privada são expressas, como vimos, de modo diverso. O representante da entidade que comunga do acordo com as empresas demonstra que a autonomia das entidades deve ser resguardada: “Ficamos atentos para ver até onde você está sendo financiado e ter a coragem de colocar o dedo na ferida... O objetivo é recuperar a Mata Atlântica, se conseguir o objetivo, tá valendo!” (L., 52 anos, médico, Instituto Orca).

A obrigação de manutenção das áreas de Reserva Legal e de APP`s nas áreas fomentadas seria de responsabilidade do produtor. No entanto, a empresa passou a assumir essa “tarefa” devido às pressões públicas e ao interesse nas certificações ambientais que a qualificam como uma empresa “sustentável”: “A vantagem para ela é a imagem”, segundo entrevistado pertencente ao Fórum.

O acordo entre o Fórum e a empresa pressupõe a estratégia empresarial de buscar uma imagem positiva que cumpre com as obrigações legais, já que as áreas fomentadas desde 1990, não eram devidamente fiscalizadas. “Como já fomentaram durante dez anos, agora eles resolveram fazer isso, porque as conseqüências estão se voltando contra eles” (INFORMAÇÃO verbal, E., 53 anos empresário, ABC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas entrevistas fornecidas, foi possível perceber que houve mudanças nos discursos e práticas durante o tempo. As entidades ambientalistas participantes do Fórum das ONGs que constituem a Asambiental como espaço de participação alternativo aos Conselhos atingiram seus objetivos em favor da “revitalização” dos remanescentes de áreas da Mata Atlântica, indo ao encontro dos horizontes do sistema estadual do Meio Ambiente.

Por meio dos discursos dos ambientalistas entrevistados, foi possível perceber que a luta contra o desmatamento permite a execução de “pactos” e “acordos”, e a realização de

“estratégias corporativas” por parte das empresas poluidoras, inseridas no paradigma do “ambientalismo corporativo”¹³.

A mudança na mobilização e nos discursos de algumas entidades ambientalistas é justificada pela ingerência por parte do Estado no cumprimento das obrigações legais, modificando relações que outrora eram marcadas por ações mais “aguerridas”. Nesse sentido, críticas internas e externas ao Fórum das ONGs recaem sobre as entidades que participam do acordo com as empresas, agora visto por eles como a “única saída possível” contra o desmatamento.

Os agentes comprometidos com acumulação capitalista recorrem à ordem de justificação específica. Podemos estender essa abordagem para a relação entre o discurso do desenvolvimento econômico articulado à “sustentabilidade” dos recursos ambientais. De acordo com autores Boltanski e Chiapello (1999), em toda a história do capitalismo agentes recorreram aos princípios de suas críticas e, a partir delas, elaboraram argumentos em favor do princípio de justiça que consolidam sua base moral, incorporando, inclusive, elementos que não são herdados da teoria econômica.

O “novo espírito do capitalismo” recorre aos esquemas de pensamento mais importantes, inscritos nos contextos sociais que lhes são próprios – e mesmo aqueles que lhes são hostis – e os incorporam por meio de sua justificação. Para os autores, há, atualmente, uma relação dinâmica entre a ética do capitalismo e as críticas que a endereçam, na medida em que se responde aos pontos destacados pela crítica, para que, assim, se conserve sua adesão e reprodução.

Na utilização de modelos que buscam desarmar suas críticas, os agentes favoráveis ao processo de acumulação do capital consagram o encobrimento dos conflitos, fortalecendo leituras “consensualistas” e “universalistas”, principalmente abstraindo as diferenças de poder entre os distintos atores sociais sobre o uso dos recursos naturais: “Estamos fazendo pelo bem de todos”. As ações e os programas desenvolvidos pelas empresas

implicam referências que descolam a busca pelos benefícios destas, neutralizando parte dos questionamentos que lhe são dirigidos.

Com isso, as exigências dos mercados internacionais, as indicações das medidas compensatórias e as pressões morais pelo “ambientalmente correto” podem ser representadas pela expectativa de unificação de diferentes atores sociais dirigidos ao que entendem por “bem comum”. Ao mesmo tempo, esse cenário da harmonização dos esforços e interesses envolvendo o Meio Ambiente pressupõe a despolitização dos mecanismos de apropriação e gestão dos recursos naturais. A dimensão política inerente a este contexto é tratada na ordem do “viável”, do “possível” no interior dum quadro “dado”.

Os temas políticos se despolitizam e passam para o âmbito do privado. As instituições privadas da sociedade civil passam a encarnar a unidade, antes prerrogativa da autoridade política estatal. Os valores, modelos culturais e regras em jogo que diferem os interesses são considerados indiscutíveis e os interesses diversos são simbolicamente unificados (ACSELRAD, 2006, p.237).

A ampliação do *não político*, ou melhor, a utilização da ciência e da tecnologia como orientação adequada para a definição de políticas ambientais vai ao encontro do que Jacques Rancière (1996) sustenta como “democracia pós-consensual”. Por esse princípio dominante nas mais variadas faces da vida pública, os agentes sociais tendem a atuar em favor de mecanismos que favorecem o “encobrimento dos conflitos”, diluindo as distâncias entre as formas de poder no tecido social.

Rancière (1996) sugere que os modos com os quais os discursos oficiais celebram as vitórias da razão consensual diante das “ultrapassadas” formas de conflito político, qualificam determinados segmentos sociais como capazes de negociar com o Estado; esses segmentos buscariam distanciar as diferenças entre os papéis sociais e as qualidades de poder, propondo que todos são iguais e, assim, inexisteriam as divergências de interesses. Em face disso, os agentes sociais tendem a objetivar os problemas, os saberes requeridos e as parcerias para que, juntos, encontrem uma solução razoável.

De acordo com o referido autor, os atores sociais ao serem convocados a assumirem responsabilidade para o tratamento concentrado dos problemas, são convidados a verificar que a solução “mais razoável” é “[...] na verdade a única possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas. Consenso então não é nada mais que a supressão da política” (RANCIÈRE, 1996, p.367), ao definirem, por exemplo, o desmatamento da Mata Atlântica como o mais grave dos impactos produzidos pelas políticas desenvolvimentistas, e a impossibilidade de realizar sua contenção.

Diante disso, o atual e hegemônico modelo “consensualista”, pressupõe uma lógica universal da razão entre os discursos: “Quanto menos coisas há a discutir, mais se celebra a ética da discussão, da razão comunicativa, como fundamento da política” (ibdi, p. 367). Assim, reforça-se o entendimento do “equilíbrio da natureza” como princípio da racionalização do território – contrário ao caos social, que necessita ser administrado – independentemente de outros valores que o compõem.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Las políticas ambientales ante las coacciones de la globalización. In.: Alimonda, H (org). **Los tormentos de la materia**. Aportes para una ecología política lationamericana. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>, 2006.

ANDRADE, J. C. S **A dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais:** o caso da gestão sustentável das plantações de eucalipto na Aracruz Celulose S.A. In: 34°. Congresso Anual de Celulose e Papel. ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, s.l, s.n, 2001.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Éditions Gallimard, 1999.

BORGES, C. X. A. **Territorialidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável na perspectiva da Aracruz Celulose**. In: 34°. Congresso Anual de Celulose e Papel. ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, s.l, s.n, 2001.

CRESPO, S. **Verdes que amadurecem:** os desafios da especialização e profissionalização das organizações e dos militantes ambientalistas no Brasil. In: XIX

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Ciências Sociais (Anpocs). Caxambu, 1995.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Nupaub/USP, 4ª edição, Editora Hucitec, 2004.

DOIMO, A. M. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**: Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Petrópolis, Vozes, 1984.

EURICO pede à Aracruz para explicar poluição. **A Gazeta**, dia 20 de novembro de 1979.

LOPES, J. S. L.(et al.) **A Ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro, Relume Darumá: Fundação Heinrich Boll, 2004.

LOUREIRO, C.B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MEDEIROS, R. Na guerra antibeija-flor, todos os cartuchos contra Ruschi. **ES: MALDIÇÃO ECOLÓGICA**. Vitória, Volume 01. Ano 1983.

PASSOS, A. C. D. **O ambientalismo como espaço histórico e político da educação ambiental**: sentidos produzidos. 2005, Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. In.: Novaes, A.(org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

VAINER, C. B. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In.: **Encruzilhadas das modernidades e planejamento**. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), Belo Horizonte, 1995.

VIOLA, E ; H. LELIS. **O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio-92**: O desafio de uma estratégia global viável, Câmara dos Deputados, Diretrizes de Ação para o Meio ambiente no Brasil. s.l, 1992.

VISITA de Charles Provoca Protestos e Suspiros, **A Gazeta**, Vitória, dia 26 de abril de 1991.

RESUMO

Reflexões a cerca das práticas e dos discursos encaminhados à arena pública por algumas entidades associativas que constituem parte do movimento ambientalista no Espírito Santo. Análise dos usos e sentidos construídos por essas entidades em face dos impactos ambientais produzidos por algumas empresas fixadas no território capixaba desde a década de 1970 até aos dias atuais. A avaliação dos entendimentos dessas entidades sobre o Meio Ambiente, assim como suas perspectivas acerca dos atos dos agentes públicos e das empresas poluidoras.

Palavras chaves: Movimento ambientalista, Arena pública, Espírito Santo

Abstract

This research focuses on the discourses and practices of some environmental entities from Espírito Santo. My aim was to analyse the meanings expressed by these entities in their struggles against the impacts caused by some paper companies since the 1970's. To do so I analysed carefully their different perspectives on environment, justice, as much as their representations of the public institutions and of the so called polluting companies.

Keywords: Environmental activism, Public sphere, Espírito Santo

¹As entidades associativas não governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo, Dissertação defendida em 2008, sob a orientação do Prof. Dr. Henri Acselrad, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

²As entidades ambientalistas interlocutoras desta pesquisa se autodefinem por elementos próximos ao que Loureiro apresentou como “Ambientalismo *scripto sensu*: organizações sociais e grupos comunitários ambientalistas de três tipos (profissionais, semiprofissionais e amadores)” (ibid, 2003, p. 18), dessa maneira reconhecidas pelo coletivo em que fazem parte. Para os fins deste trabalho, foram entrevistadas algumas das entidades ligadas ao Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo até o ano de 2007.

³ Assim como lembra Vainer (1995), conceituar o Meio Ambiente é “Tomar partido num processo social conflituoso que coloca em foco (*en jeu*) os modos de apropriação do ambiente (inclusive do ambiente construído)” (ibid, 1995, 556). O Meio Ambiente deve ser compreendido como resultado das construções dos atores envolvido no campo de forças sociais que nele interagem e se confrontam. Os entendimentos sobre o Meio Ambiente estão relacionados às formas de apropriação do mundo social: “A *questão ambiental* deixa de ser vista como produto entre o *Homem* – categoria genérica que remete à noção estritamente biológica de espécie – e a *Natureza* – categoria que naturalmente resulta dum complexo

processo de elaboração, para situar-se no campo das relações que diferentes grupos entretêm no espaço social, bem como as diferentes estratégias que elaboram com vistas ao embate pela apropriação, controle e uso de território e recursos territorializados” (VAINER, 1995, p.556-557: grifo do autor).

⁴ A vinda dos Parques Industriais para o Estado, como em diversas regiões do país, foi possível graças à maciça entrada de capital estrangeiro, associada aos investimentos estatais e os desejos de uma elite local que contemplaram a estruturação do setor produtivo capixaba por meio dos complexos industriais siderúrgico, paraquímico e portuário. A propósito ver Dalcomuni (1990); Silva (1995); e Siqueira (2000).

⁵ De acordo com Andrade (2001), Ruschi, um dos primeiros ambientalistas “conservacionistas” brasileiros, já advertia em 1949 sobre os impactos socioambientais da substituição de florestas nativas no Norte do Espírito Santo por espécies exóticas de rápido crescimento, como o caso do eucalipto, para a fabricação de dormentes e carvão vegetal.

⁶ Nas palavras dum dos entrevistados, a fundação da Acapema está relacionada com as denúncias de desmatamento do Pico do Forno Grande para produção de carvão que abastecia siderúrgicas em Minas Gerais. Tais denúncias foram proferidas por um grupo de estudantes da Universidade, no final dos anos de 1970: “Fomos até lá, registramos, conversamos com o pessoal e a área era marcada como reserva florestal... Denunciamos ao jornal ‘A Gazeta’. Nisso, o governo foi lá e parou o processo, embargou as carvoeiras... Nos motivou para nos organizar... Começamos reuniões no prédio da biologia e, participavam profissionais de outras áreas. Recebemos o apoio e fundamos a Acapema” (INFORMAÇÃO verbal, S., 53 anos, professor universitário, Ipema, Fórum das ONGs Ambientalistas do ES, em agosto de 2007).

⁷ Alguns dos ambientalistas entrevistados mantiveram ligações com o Partido Comunista e o Partido dos Trabalhadores.

⁸ No entanto, a lógica do “compromisso com o Meio Ambiente” enquanto um “compromisso humano”, não esteve explícito em todos os depoimentos. Alguns ambientalistas entrevistados tratam a preservação do Meio Ambiente como algo sagrado. Já o humano, aparece como algo de índole duvidosa, que não compensaria nenhum tipo de esforço.

⁹ “Eurico pede à Aracruz para explicar poluição”. A Gazeta, dia 20 de novembro de 1979.

¹⁰ A visita do príncipe inglês Charles em 1991 à sede da Aracruz Celulose S.A., representando parte do capital inglês das ações da empresa, foi recebida por parte da sociedade civil capixaba no aeroporto com cartazes que diziam: “Bem-vindo ao reino da poluição!” e “The Aracruz Celulose is polluting the ES”. Os manifestantes encaminharam à imprensa da Embaixada Britânica relatos de impactos negativos gerado pelas grandes indústrias: Aracruz Celulose S.A, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O referido documento foi assinado por 50 sindicatos, partidos políticos e entidades ambientalistas (VISITA..., 1991).

¹¹ Assassinado em 1993, devido à luta contra as extrações ilegais das areias nas praias de Setiba (Guarapari-ES). Este local foi transformado num Parque Estadual, que leva o nome do biólogo.

¹² O programa Fomento Florestal foi lançado em resposta a proibição de novas plantação de eucaliptos em áreas próprias instituída pela SEAMA - Secretaria do Estado do Espírito Santo para Assuntos do Meio Ambiente, resultado de Ação Cível Pública encaminhada pela ACAPEMA (Andrade, 2001, p.8). O Código Florestal exige para a região Sudeste, o mínimo de 20 % de “Reserva Legal”, para qualquer propriedade rural, além das Áreas de Proteção Permanente (APP's) que compõe: cursos d'água, topos de morro, ao redor de lagoas, lagos, ou reservatórios de água, nascentes, encostas ou declividades superior a 45°, restingas fixadoras de dunas, estabilizadores de mangue, bordas de tabuleiros ou chapadas, dentre outras. Caberia às entidades do Fórum das ONGs envolvidas no acordo com a empresa a distribuição das mudas de essências nativas, produzidas nos Núcleos de Difusão da Mata Atlântica, o primeiro deles foi instalado na sede da Avidepa em Vila Velha no ano de 2006.

¹³ O chamado ambientalismo corporativo, em voga a partir da década de 1990, pode ser interpretado como resultado do aumento do poder político de segmentos do movimento ecológico, nacional e internacional, e das exigências internacionais do mercado aos padrões ambientais. Essas exigências resultam em estratégias empresariais baseadas em controle ambiental do ponto de vista técnico, fazendo com que as empresas procurassem consolidar suas imagens “abertas ao diálogo” com as “partes interessadas”, a fim de garantir os licenciamentos e as certificações dos projetos, buscando pulverizar os possíveis conflitos (Andrade, 2001, p.23).